

ATA N.º 04/2022

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 28 de junho de 2022.-----

----- Aos 28 dias do mês de junho de 2022, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / XVII Feira do Tremoço / Licença de espetáculos de música ao vivo e DJ's e licença especial de ruído; -----

3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / XVIII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã / Licença de espetáculos de música ao vivo e DJ's e licença especial de ruído; -----

4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Caminhada da Feira / Licenciamento de evento desportivo;-----

5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Tapas & Papas – Feira de Gastronomia e Artesanato / Licença de espetáculos de música ao vivo e DJ's e licença especial de ruído;-----

6 - Concessão de isenções de taxas municipais / 1.º Semestre 2022 / Para conhecimento;-----

7- Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de apoios às Freguesias / Uniões de Freguesia do Concelho / Aquisição de equipamentos / Viaturas / Procedimentos;-----

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia

de Cadima / XVII Feira do Tremoço;-----

9 - Apreciação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2022;-----

10 - Apreciação, discussão e votação da 3.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022;-----

11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de nomeação do auditor externo para certificação legal de contas do Município de Cantanhede;-----

12 - Prestação de Contas 2021 / Retificação de documentação / Para conhecimento;-

13 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas consolidadas 2021;----

14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade;-----

15 - Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais e Incentivo ao Voluntariado nos Bombeiros Voluntários do Concelho de Cantanhede;-----

16 - Apreciação, discussão e votação da Estratégia Local de Habitação do Município de Cantanhede.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas do Sr. José António Costa Vieira, por motivos pessoais. Substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, José Manuel Gomes da Cruz pelo seu Secretário Sr. Ademar Manuel Tereso. Informou ainda que pediram novamente suspensão de mandato: - Por 180 dias, o Sr. Luís Miguel da Cruz Pato e a Sr.ª Dora Cristina da Silva Costa, sendo substituídos, respetivamente, pelo Sr. José Júlio de Brito Marques Almeida Malta e pelo Sr. Tito Luís Barreto Monteiro; - Por 90

dias, o Sr. Daniel Regra Dias, sendo substituído por Silvério Soares Ramos, o qual, por motivos profissionais não está presente na sessão.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 01/2022, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de fevereiro de 2022.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 01/2022, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de fevereiro de 2022 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 29 de abril 2022 a 28 de junho de 2022, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- Deu então início ao período de Antes da Ordem do Dia, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pociça, Nuno Caldeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, manifestou um enorme regozijo pela realização de mais uma edição do Tapas & Papas, após interregno nos últimos dois anos, tendo a oportunidade de retomar aquela iniciativa de âmbito gastronómico, de artesanato, de animação musical e cultural, reforçada pela oportunidade da realização do Festival Internacional DIXIELAND, no âmbito da candidatura HAPPY STREET JAZZ, que envolveu também os Municípios da Figueira da Foz e de Soure, o que contribuiu significativamente para o êxito da iniciativa. Acrescentou verificar-se ser um ano excecional pela oportunidade da retoma da atividade sociocultural, em que as pessoas aderem com uma extraordinária frequência, pois estão ávidas do encontro, da celebração da vida, da festa e da

partilha, esperando que a iniciativa se possa repetir nos próximos anos e de preferência também coroada com o mesmo êxito.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu, que as lombas de redução de velocidade na localidade de Carreiros, freguesia da Sanguinheira, estão excessivamente abruptas, sendo necessário torná-las mais obliquas a fim de evitar que os carros rocem ou batam com os para-choques frontais e, nalguns casos, com o cárter de óleo dos motores, o que é visível através das marcas existentes nas respetivas lombas. Acrescentou que aquela obra quando foi feita, foi deixada assim por causa do alcatroamento que iria ocorrer e com a perspetiva de a estrada subir, ficando com o desnível correto, facto que não ocorreu. Alertou para o facto da obra que existe em pedra e alvenaria no interior da rotunda de Campanas e em outras duas é de todo desaconselhada, constituindo, apesar de sinalizada, um perigo mortal em caso de acidente, porque se houver um despiste, forçosamente há uma morte, porque a construção em alvenaria e em pedra pode ficar bonito, mas retira a visibilidade. Referiu de seguida que, relativamente à estrada que começa na Escola Primária da Sanguinheira e que vai até ao concelho de Montemor-o-Velho, aquele Município já concluiu o alcatroamento e questionou sobre a evolução do concurso da construção da ETAR.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, pelo trigésimo ano consecutivo foi atribuída a Bandeira Azul à Praia da Tocha. Acrescentou que anualmente existe muito trabalho para conseguir aquele objetivo, com a limpeza dos areais, as boas condições de acesso e os padrões de qualidade dos serviços prestados aos utentes, designadamente, na Biblioteca da Praia, todo um conjunto de

infraestruturas e de práticas que são implementadas para maior atratividade de quem visita aquela estância balnear. Informou, de seguida que um Bombeiro de Cantanhede foi reconhecido pelo Correio da Manhã, pela sua prontidão e bravura ao salvar duas pessoas da Mealhada, mãe e filha, tendo rapidamente entrado em contacto com o CODU. Acrescentou que, quando os Bombeiros de Mira chegaram para socorrer as vítimas, encontraram aquele Bombeiro, de tronco nu porque tinha tirado a sua roupa para a colocar nas vítimas que estavam a entrar em hipotermia, dignificando o corpo dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, fez um breve resumo do panorama desportivo do concelho de Cantanhede, salientando que desde a última Assembleia foram organizadas um grande número de provas, muitas delas internacionais no Município de Cantanhede. Informou assim, que foram realizadas provas de maior visibilidade no basquetebol, no futebol, no ciclismo, no golfe, no ténis, na natação e no atletismo, resultado da aposta do Município e das Associações no desporto, na diversificação das modalidades, mas também, e de forma inequívoca, da qualidade dos treinadores, dos dirigentes do tecido associativo do Município de Cantanhede e dos atletas. Destacou que os resultados obtidos são diversificados, não apenas nas modalidades, mas também no tipo de desporto de maneira generalista, tendo havido resultados ao nível federado, ao nível amador, ao nível do desporto escolar e até no desporto adaptado, dando os seguintes exemplos: - Duas campeãs nacionais de ciclismo do VESAM Cantanhede Cycling e atletas desse mesmo clube na Seleção Nacional; - Um Lady's Open, que não tendo uma campeã de Cantanhede, teve uma campeã que é portuguesa, contribuindo para o ranking WTA ao organizar esta prova pontuável; - Presenças na seleção e campeões nacionais, quer do Grupo

Desportivo de Sepins, quer nas seleções nacionais de pesca desportiva de alto mar;

- Uma sua conterrânea de Murte de que venceu também um torneio de golfe pontuável do ranking mundial;
- Ao nível do futebol, o Clube de Futebol "Os Marialvas" venceu a Taça da Associação de Futebol de Coimbra, esteve na final da Supertaça e também conquistou títulos nos escalões jovens;
- O Ançã conquistou três títulos nos escalões jovens;
- Atletas do Cadima estiveram na Seleção Nacional Feminina;
- O Sporting Clube Povoense teve títulos distritais de ténis de mesa;
- Houve vários resultados em torneios e provas nacionais e regionais de natação;
- Houve atletas do Rovisco Pais na Seleção Nacional de Andebol em Cadeiras de Roda;
- Houve um ciclista adaptado com vários resultados de destaque ao nível nacional e com presença em provas internacionais através da Seleção Nacional;
- No voleibol houve muitos títulos conquistados pelos Agrupamentos Marquês de Marialva e Gândara Mar, através do desporto escolar;
- Houve títulos da secção de tiro do Clube de Futebol "Os Marialvas";
- Houve vários clubes do concelho com resultados de relevo em várias provas a nível do trail e vários clubes do concelho com resultados de relevo ao nível do atletismo de pista.

De seguida, felicitou a Adega Cooperativa de Cantanhede por ter conquistado mais alguns galardões, nomeadamente, com o "Marquês de Marialva Cuvée Primitivo de 2014", que conquistou prémios ibéricos num dos mais prestigiados concursos do género em Espanha. Por último, questionou a Sr.^a Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da transferência de competências nas áreas da Ação Social e da Saúde.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, questionou sobre os seguintes assuntos: - Algumas estradas do Concelho continuam em mau estado, não só na cidade de Cantanhede, como acontece na Rua do Brasil, pelo que

questionou sobre qual o plano para as estradas do concelho; - Questionou sobre o processo da estrada de Lemedo para Arazede; - Alertou para o mau estado de algumas estradas da União das Freguesias de Portunhos e Outil, nomeadamente, em Vila Nova, porque tem havido muitas queixas das pessoas que por lá passam todos os dias, sendo urgente tomar uma atitude; - Relativamente à água do concelho, que é muito elogiada, referiu existirem muitas queixas relativamente à sua qualidade, nomeadamente, quanto à existência de uma grande quantidade de pedrinhas e detritos calcários. Referiu que, apesar da água do Concelho ser naturalmente calcária, considera importante existir algum cuidado na manutenção da qualidade da água. Ainda relativamente à água, informou existirem também muitas queixas relativamente à sua pressão, não só em Cantanhede, mas também noutras aldeias, nomeadamente, na Póvoa da Lomba, onde as pessoas se queixam que, em determinadas horas, a pressão não é suficiente para acionar os esquentadores, obrigando-as a tomar banho de água fria.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu também a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, abordou a questão da situação dos cães abandonados na via pública que continua a verificar-se em várias freguesias do concelho, com o agravamento de que alguns desses cães têm atacado pessoas. Alertou ainda para o facto de existirem, cada vez mais, gatos abandonados, nomeadamente, na Cidade de Cantanhede, na zona da antiga Gávea, por trás do complexo escolar, com a agravante de que há pessoas que os vão alimentar, sendo um problema que merece ser analisado e resolvido. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, tendo comentando esta última questão e referindo, nomeadamente, que as próprias pessoas levam a comida ao fim do dia para os gatos de rua, o que provoca sujidade e mau cheiro em locais

onde vivem pessoas. Acrescentou que este assunto também tem a ver com o civismo e a educação das pessoas, que preferem atuar dessa forma em vez de os adotar como animais de companhia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a comentar e a responder às questões colocadas nas intervenções anteriores, da seguinte forma: - Relativamente ao Tapas & Papas, congratulou, em nome do Executivo, o Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pociça, por ter retomado a iniciativa, depois de dois anos de pandemia e da questão da guerra da Ucrânia, indo ao encontro de muita necessidade em termos de convívio e de partilha. Relativamente ao DIXIELAND, informou que foi retomado com uma outra roupagem, com apoios de fundos comunitários e numa parceria intermunicipal, tendo tido o feedback de que foi extremamente positivo, porque toda a gente andava com necessidade de música, de gastronomia, de bons vinhos, de convívio e de excelentes espetáculos. Afirmou que foram momentos muito importantes que se pretendem repetir, embora sempre muito condicionados à questão financeira, porque o desenvolvimento de um Município se faz na vertente económica e das infraestruturas, mas também nas vertentes que tocam todas as áreas sociais, sejam elas educação, desporto e cultura. Deu de seguida os parabéns às Direções das Associações pelo esforço que fazem para estarem naquelas iniciativas, para poderem ir ao encontro de mais alguns contributos financeiros para a sua própria atividade e recordou outras tantas iniciativas que ocorreram no Concelho como a Feira do Vinho em Cordinhã, o Festival do Caracol na Póvoa da Lomba, o Festival das Sopas em S. Caetano e a Feira do Tremoço nos Olhos da Fervença; - Relativamente à questão das lombas nas estradas, referiu que, muitas vezes as situações são analisadas e alguns Presidentes de Junta, por vezes, consideram que a lomba é baixa

de mais e assim não cumpre objetivo pretendido, sendo certo que, se todos cumprissem os 50 ou os 70 km/hora regulamentares, não seriam necessárias, nem colocariam em risco a circulação de peões, de ciclistas. Acrescentou que, na opinião técnica, se a lombagem tem como objetivo travar a velocidade do automóvel, é melhor que seja alta, no entanto, perante o caso concreto referido, na zona de Carreiros, se realmente os carros raspam por baixo, mesmo indo devagar, irá solicitar aos serviços que analisem;

- Relativamente às rotundas da freguesia de Covões, informou que, a partir do momento em que o Executivo da União das Freguesias de Covões e Camarneira recebeu competências, a sua intenção foi de retirar o consumo de água e os espaços verdes, colocando um material que não tivesse necessidade de manutenção. Acrescentou que o projeto, que lhe agradou, foi feito por técnicos do Município, também com o objetivo reduzir a velocidade dos veículos que lá circulam;
- Relativamente à questão dos alcatroamentos, recordou que o Concelho sofreu obras necessárias de saneamento e de água, pelo que, à época, as estradas ficaram todas cortadas, porque, na altura, havia o entendimento da INOVA, de que, se havia intervenção numa determinada via, apenas se colocariam as massas quentes nessa mesma via, para que houvesse uma boa compactação dos materiais que se encontram por baixo. Acrescentou ainda que havia um plano de trabalho, mas, a situação de algumas empresas da área não permitiu que fizessem as obras no *timing* previsto. Referiu que foi feito um levantamento ao nível de todas as freguesias do concelho que estavam com uma necessidade mais urgente de serem intervencionadas, salvaguardando todas as que a INOVA já tinha comunicado que iria fazer intervenção a curto prazo, as obras que se pretendiam fazer por empreitada e aquelas que a administração direta está a fazer. Esclareceu que a administração direta faz uma intervenção diferente, em circuitos ou em vias mais curtas, por exemplo,

procede à remoção de raízes em algumas zonas do concelho, sobretudo naquelas que são rodeadas mais por pinhais e por eucaliptais, de acordo com a intenção dos senhores Presidentes de Junta. Referiu estar muito preocupada com as estradas que não têm marcações, como a estrada que vem do Escoural que são zonas em que o tapete está bom, mas que necessita de ser marcado por uma questão de segurança rodoviária, ou a estrada principal de São Caetano que vai ter a Febres, empreitada que está a decorrer. Informou que há muitas intervenções por empreitada que já deveriam ter sido concluídas no ano passado e há mais de um ano, obras que já estavam consignadas, como a ligação urgente de Arazede até ao centro de Cantanhede, ou da entrada para a Pocariça. No entanto, as empresas devido ao aumento brutal dos preços ou têm muita dificuldade em poder concluir ou já não têm qualquer possibilidade de poder fazer as obras. Esclareceu que a obra da ligação a Arazede será feita de forma faseada, estando assegurada no empréstimo e que a obra da entrada na Pocariça, está também a tentar ser concluída de uma outra forma, pelos próprios serviços camarários ou com outro tipo de empreitada. Relativamente aos caminhos vicinais, que não sendo tapete representam muito tout-venant, muitas máquinas e muitas horas de trabalho, referiu que, apesar de ser uma competência das Juntas de Freguesia, considera que tem de ser um projeto conjunto devido à grande quantidade de caminhos vicinais existentes no Concelho. Acrescentou que o projeto continua a estar no terreno, apesar da limitação que existiu inicialmente com o COVID, que teve impactos na questão do pessoal e dos atrasos de algumas obras, mas estas situações não podem ser desculpa para tudo. Finalmente, referiu que o impacto financeiro do aumento das matérias-primas fez com que muitas das empreitadas tivessem caído completamente, encontrando-se os serviços a renovar novamente essas mesmas empreitadas, porque é objetivo da Câmara que, cada vez

mais as vias do Município sejam de qualidade; - Relativamente à referência feita ao Bombeiro afirmou ser de louvar a sua atitude; - Relativamente ao panorama desportivo, referiu que o Executivo está muito satisfeito com os prémios que recaíram no concelho, fruto do investimento que foi feito na área desportiva, nomeadamente nas estruturas desportivas, que não estando todas completamente concluídas são de grande qualidade e têm condições acima da média, permitindo uma grande quantidade e diversidade de atividades desportivas. Agradeceu, de seguida, a todas as estruturas associativas de todas as áreas desportivas que têm atingido aqueles prémios; - Relativamente à questão da transferência de competências, deixou uma palavra de agradecimento à parte técnica da Câmara e aos pelouros pelo trabalho de referência que foi feito e que hoje, depois de muitas reuniões, de muito tempo e de muita incompreensão, está a contrariar as posições iniciais de alguns municípios que achavam que as competências estavam transferidas da forma correta. Informou de seguida estar satisfeita pela forma como a senhora Ministra da Coesão e do Desenvolvimento Territorial está, no momento, a analisar a questão da transferência, após uma reunião na qual teve a possibilidade de mostrar e analisar os dados de Cantanhede, nomeadamente, do que se considerava que não estava de acordo com as verbas realmente reais que iriam gastar. Informou ainda que, decorrente dessa mesma reunião, no dia 6 o Senhor Primeiro-Ministro vai com a ANMP assinar um acordo, tendo havido alteração nos valores das refeições escolares, na questão dos transportes e na questão das manutenções e das obras. Referiu ainda que a senhora Ministra transmitiu estar em diálogo constante com o senhor Ministro das Finanças, ex-autarca, do qual espera que tenha uma outra sensibilidade para analisar o que realmente é necessário naquelas áreas. Relativamente à saúde e à ação social informou que a CIM de Coimbra deliberou, por unanimidade, não aceitar aquelas

competências e o Governo, sentindo que algo não estava a correr bem, esticou o prazo. Acrescentou que, na área da saúde, muita coisa que não estava contabilizada deve ser reanalisada, como as despesas de transporte, as despesas com os seguros, ou os arranjos exteriores e que, relativamente à ação social, muitas coisas estavam erradas mas vai haver uma reunião com a senhora Ministra da Segurança Social. - Relativamente à ETAR, informou que a obra está a concurso, estando este a decorrer e que, de acordo com a informação prestada pelas Águas do Centro Litoral, não ficou deserto; - Relativamente à questão da água, informou que iria fazer chegar as preocupações referidas à INOVA e recordou que são as entidades externas que referenciam a relação qualidade/preço da água da INOVA; - Relativamente à questão dos cães e dos gatos, recordou que a dimensão do canil e do gatil já foi duplicada, mas já se encontra com lotação completa. Referiu de seguida que grande parte dos municípios da Comunidade Intermunicipal não tem canil, estando no momento a ser programados canis intermunicipais com verbas completamente assustadoras em termos de investimento. Informou ainda já ter falado com alguns Presidentes de Câmara no sentido de se poder ter um canil numa determinada função, para animais que poderiam vir a ser adotados e para animais com algumas debilidades. Referiu ainda que, efetivamente as situações que se encontram pela cidade, nomeadamente de pratos com comida ao longo dos passeios, são uma realidade para os gatos, sendo que dos cães também se habitua a lá ir, mas a questão os cães que podem até atacar pessoas é mesmo um problema que se vai continuar a tentar solucionar. Sobre o assunto informou ainda que, como o Dr. Idílio está em final de carreira, está a decorrer um concurso para um veterinário novo, que poderá ter outro tipo de atitudes. Informou ainda estar recetiva a qualquer informação dos técnicos no sentido de

acautelar todas aquelas situações e, eventualmente, até reforçar a parte pessoal do próprio canil para que haja uma atenção mais cuidada relativamente àquela situação.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual comentou alguns dos assunto já referidos da seguinte forma: -
Relativamente à questão rodoviária, alertou para uma situação, na Rua Nossa Senhora de Vagos, em Cantanhede, quando se vai da Adegas Cooperativas para o Restaurante "Pitada de Sal", nomeadamente, para a existência de um pontão que não cumpre com as necessidades de trânsito daquela via onde passam alguns pesados, pois não permite o cruzamento de 2 carros, nem permite o trânsito pedonal por força dos rails que estão à face do alcatrão, gerando algumas situações constrangedoras e perigosas; - Relativamente à questão dos gatos e cães, recordou que, quando era Presidente da Junta de Freguesia de Murte, foi elaborado um conjunto de documentos sobre as questões ambientais, de saúde pública e de segurança, e chegaram à conclusão que o grande erro vem da legislação, a qual impõe civismo e respeito aos cidadãos. Acrescentou que algumas situações geram alguma conflituosidade social entre os defensores dos animais, que acham que deixar os animais na rua sem os alimentar é um crime e aqueles que, por questões relacionadas com a saúde pública ou com a própria segurança, só não lhe dão um tiro porque não podem, gerando situações muito problemáticas que têm vindo a crescer e a alastrar um pouco por todo o concelho. Sugeriu de seguida que, eventualmente, no Regulamento de Ambiente e Salubridade Pública do Município fossem agravadas as penalidades a quem alimenta animais na via pública. Sugeriu ainda o aumento das campanhas de esterilização dos animais que não são possíveis recolher, para que eles não se reproduzem e não agravem ainda mais o problema, bem como a sensibilização das autoridades para fiscalizar situações de extrema visibilidade, como

animais que passeiam sem trela ou sem açaima, no sentido de chamar a atenção aos prevaricadores que não estão a agir de acordo com a lei; - Referiu-se, de seguida, à Lei n.º 39/2021, que aprova o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a lei que procedeu à reorganização administrativa, recordando que a versão inicial continha critérios que eram impossíveis de cumprir. Esclareceu que a nova lei estabelece um regime transitório excepcional para reverter a reorganização que foi imposta em 2013, com critérios mais razoáveis e mediante a existência de condições mínimas de prestação de serviços à população relacionadas com eficiência da gestão pública, o número de população, a área de território, sua história, a identidade cultural e a vontade política da população. Informou ainda que após a análise a algumas das Uniões de Freguesia do concelho, foi verificado que algumas não reuniam as condições para se poder solicitar a reversão. Nesse sentido, informou que a bancada do PSD estará sempre disposta para, em estreita colaboração com os Presidentes das Uniões de Freguesia, analisar a legislação e desencadear os mecanismos necessários para uma possibilidade de reversão, estando sempre ao lado da vontade das populações.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Asdrúbal Torres, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou relativamente às duas lombas que foram questionadas, junto à rotunda de Campanas e na área da Camarneira, tratar-se de zonas onde havia sempre muitos acidentes, alguns mortais, sendo que nunca mais lá houve qualquer acidente. Acrescentou que, aquelas lombas estão a cumprir a sua missão, no sentido de reduzir a velocidade dos veículos, sendo certo que continuará sempre a haver transgressores que não cumprindo a Lei, devem assumir as consequências dos seus atos. Relativamente às rotundas, informou que,

após as transferências de competências dos espaços verdes para as Juntas de Freguesia, existindo o problema da escassez da água, houve o entendimento de reduzir o seu consumo. Acrescentou que a sua freguesia é maioritariamente rural, sendo a maior mancha florestal do Concelho com 90% de floresta. Informou ainda que, no sentido de reduzir o consumo de água, abordou os técnicos da Câmara no sentido de se eliminar a necessidade de água em 5 rotundas da freguesia e colocar o nome da localidade nas rotundas à entrada de Covões e da Camarneira, como se verifica em várias outras localidades, o que foi feito.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Presidente da Freguesia de Murte, Sérgio Maia, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, perante algumas notícias de que teve conhecimento, questionou sobre a existência de desenvolvimentos da obra para implementação do TGV, uma vez que um dos seus traçados passava na freguesia de Murte.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a comentar e a responder às questões apresentadas, da seguinte forma: - Relativamente aos cães e gatos, já tinha comentado; - Relativamente ao pontão, também tem esse conhecimento, sendo um assunto a ser analisado porque efetivamente não passam lá dois veículos e os peões têm falta de segurança; - Relativamente à questão do regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias definido na lei n.º 39/2021, acredita que será analisado pelas Assembleias de Freguesia que o entendam, ficando ao critério das populações, sendo certo que a Câmara sempre estará disponível para depois analisar e tomar a posição necessária; - Relativamente à questão do TGV, informou ter estado numa reunião sobre o assunto e informou sobre os últimos desenvolvimentos, nomeadamente, que falou com os Sr.s Presidentes das Câmaras de Anadia, Oliveira

do Bairro e da Mealhada, no sentido de analisarem as implicações para cada município e que, entretanto, foi enviado um outro traçado. Informou ainda que irão, por isso, ter uma reunião técnica durante a semana sobre o assunto, sendo certo, numa primeira abordagem, que aquele traçado é mais penalizador para o Município de Cantanhede. Informou também saber que as Infraestruturas de Portugal andam no terreno, sobretudo na Mealhada, sendo intenção, após aquela reunião, solicitarem com urgência uma reunião às infraestruturas de Portugal. Referiu que, só depois daquela reunião poderá dar uma informação mais detalhada, contudo, mostrou-se disponível para reunir com todos os Presidentes de Junta e até com os Membros da Assembleia Municipal, caso seja entendido que se trata de uma situação mais delicada, no sentido de se tomar uma posição conjunta, caso não se concorde com o traçado que é proposto.-----

----- Dando por encerado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, relativamente ao Regulamento de Gravação e Transmissão Áudio/Vídeo das sessões da Assembleia Municipal, foi pedido parecer à Comissão Nacional de Proteção de Dados, tendo aquela entidade solicitado um estudo de impacto sobre a proteção de dados. Informou ainda que, nesse sentido foi a responsável pela proteção de dados da Câmara Municipal encarregue de solicitar a uma entidade a elaboração daquele estudo, o qual se aguarda para submeter, conforme determina a lei, à Comissão Nacional de Proteção de Dados para elaboração do seu parecer final.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 2, 3, 4 e 5 da ordem de trabalhos tratam de isenções de taxas às Freguesias, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança do que já foi feito em anteriores sessões.-----

----- Solicitou então à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao Ponto 2 - **“Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / XVII Feira do Tremoço / Licença de espetáculos de música ao vivo e DJ’s e licença especial de ruído”**, ao Ponto 3 – **“Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / XVIII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã / Licença de espetáculos de música ao vivo e DJ’s e licença especial de ruído”**, ao Ponto 4 – **“Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Caminhada da Feira / Licenciamento de evento desportivo”** e ao Ponto 5 – **“Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariga / Tapas & Papas – Feira de Gastronomia e Artesanato / Licença de espetáculos de música ao vivo e DJ’s e licença especial de ruído”**.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O ponto n.º 2 diz respeito à isenção do pagamento de taxas à Freguesia de Cadima, relativamente à realização da Feira do Tremoço, nos dias 27, 28 e 29 de maio, sendo o valor a isentar de 94,00€ respeitante as taxas devidas pela emissão da licença de música ao vivo e DJ e pela licença especial de ruído; - O ponto n.º 3 diz respeito à isenção do pagamento de taxas à Freguesia de Cordinhã, devidas pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e DJ e da licença especial de ruído, para a Feira do Vinho e Gastronomia de Cordinhã, sendo o valor de 94,00€;

- O ponto n.º 4, também diz respeito à isenção do pagamento de taxas à Freguesia de Cordinhã, devidas pelo licenciamento da caminhada da Feira, no valor de 17,90€;

- O ponto n.º 5 diz respeito à isenção do pagamento de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, devidas pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e DJ e da licença especial de ruído, para a Feira de Gastronomia e Artesanato / Tapas e Papas, sendo o valor a isentar de 123,84€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 2 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / XVII Feira do Tremoço / Licença de espetáculos de música ao vivo e DJ’s e licença especial de ruído”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / XVIII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã / Licença de espetáculos de música ao vivo e DJ’s e licença especial de ruído”**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 4 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Caminhada da Feira / Licenciamento de evento desportivo”**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Tapas & Papas – Feira de Gastronomia e Artesanato / Licença de espetáculos de música ao vivo e DJ’s e licença especial de ruído”**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 6 - «Concessão de isenções de taxas municipais / 1.º Semestre 2022 / Para conhecimento»:**-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, no período compreendido entre 03/12/2021 e 16/05/2022 as isenções concedidas pela Câmara ascendem ao valor de 22.017,74€. Esclareceu, de seguida, que as taxas isentadas foram em diversas áreas, tais como, cedência do auditório da Biblioteca ou Museu da Pedra, licenciamento de provas desportivas, Licença especial de ruído, cedência do Complexo Desportivo de Febres, de Cantanhede, do Pavilhão do Marialvas e foram solicitadas por entidades tão diversas como associações locais, associações de fora do Município, associações empresariais, federações desportivas, etc...-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de apoios às Freguesias / Uniões de Freguesia do Concelho / Aquisição de equipamentos / Viaturas / Procedimentos»:**-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de uma clarificação dos procedimentos. Esclareceu que, no início do mandato e decorrente da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, percebeu-se que a verba recebida pelas Juntas era incomportável, tendo sido definidos vários protocolos e atribuídos alguns subsídios, definidos de acordo com critérios objetivos iguais para todos, representando uma compensação entendida como mais do que útil para complementar as competências transferidas para as Juntas de Freguesia. Acrescentou que, como surgiram algumas situações em que os próprios Serviços

tiveram dúvidas, foi elaborada uma clarificação para o procedimento, sendo e entendimento que, o Executivo da Junta de Freguesia deve gerir as verbas que lhe foram adstritas, continuando a receber os 30% em termos de subsídio para aquisição de equipamentos, e os restantes 70% nas verbas dos contratos dos complementos de apoio às competências de acordo com a gestão particular de cada Freguesia, indo ao encontro de uma autonomia de gestão e de uma autonomia financeira e de critérios que cada Presidente, seu executivo e sua Assembleia de Freguesia entendam que aquelas verbas sejam utilizadas na área das suas competências. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de apoios às Freguesias / Uniões de Freguesia do Concelho / Aquisição de equipamentos / Viaturas / Procedimentos»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XVII Feira do Tremoço»**:-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se propõe a atribuição de um subsídio à Freguesia de Cadima pela realização da XVII Feira do Tremoço no valor de 1.350,00€.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XVII Feira do Tremoço»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----



----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2022»**:-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal decorre da transferência de competências na área da educação e da necessidade de se fazerem algumas adaptações. Informou assim, que foram criados 14 lugares a termo resolutivo certo e 5 lugares a termo resolutivo incerto, 7 propostas de recrutamento por tempo indeterminado, sendo 6 na carreira de assistente operacional, nomeadamente 3 cozinheiros, 3 auxiliares de serviços gerais e 1 da categoria de coordenador técnico. Informou ainda que houve também alterações em termos das carreiras nas próprias escolas, fazendo agora também parte da estrutura, pelo que sendo funcionários do município, foram feitas também essas alterações ao mapa de pessoal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2022»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da 3.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022»**:-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a alteração em causa decorre essencialmente de duas situações e de alguns acertos, sendo que uma delas foi o facto de se ter recebido cerca de 1 milhão das transferências do Estado sem

contar. Esclareceu que, relativamente à empreitada da Escola Lima de Faria que tem uma candidatura para a sua intervenção, um dos concorrentes colocou os outros em tribunal e ganhou, pelo que o processo não pode ser adjudicado, nem consignado, atrasando todo o processo pelo que a obra teve que deslizar para os anos 2023 e 2024. Finalmente, referiu que com as alterações efetuadas que cumprem com todas as regras contabilísticas e as normas legais, o saldo orçamental continua positivo em 853.157, 27€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da 3.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de nomeação do auditor externo para certificação legal de contas do Município de Cantanhede»**.

----- O Senhor Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, apesar dos valores que estavam em causa, se poderia ter convidado empresas locais, no entanto, como se tratava de uma questão de auditoria, foi entendido que deveria ser uma entidade externa, escolhida através de um concurso público, para que fosse imparcial. Assim, informou que, decorrido o concurso público, ficou em 1.º lugar a Sociedade Sebastião Santos, de Lisboa, pelo valor de 25.920,00€, mais IVA a 23%, num total de 31.881,00 €, com um valor mensal de 540,00€, mais IVA, para os 48 meses de duração do contrato nos exercícios económicos de 2022 a 2025.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de nomeação do auditor**

externo para certificação legal de contas do Município de Cantanhede», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 12 - «Prestação de Contas 2021 / Retificação de documentação / Para conhecimento»:**-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a correção efetuada não tem qualquer efeito no valor das contas finais que já foram aprovadas, tratando-se apenas de duas situações que foram detetadas pelos serviços relativas a dois documentos que não correspondiam ao ano em causa e que tiveram de ser corrigidos e enviados ao Tribunal de Contas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas consolidadas 2021»:**-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, em jeito de introdução fez o enquadramento legal da questão, referindo, nomeadamente, que o Município detém 100% do capital social da Empresa Municipal INOVA, 99,93% do BIOCANT e 97,59% da ABAP, e que, de acordo com a lei se devem juntar todas aquelas contas e mostrar o perímetro de consolidação. De seguida, com o auxílio de uma projeção multimédia, informou que: - Em termos gerais, houve uma receita efetiva do grupo autárquico de 38.378.000,00€ no ano 2021; - A receita de capital foi de quase 10.000.000,00€; - A receita corrente de quase 29.000.000,00€; - O resultado líquido consolidado de todo o grupo autárquico foi de 1.151.935,17€; - O saldo de gerência do grupo consolidado autárquico do exercício económico de 2021 transferido para o ano corrente foi 3.700.000,00€; - A receita do grupo Municipal foi de 38.378.000,00€ e a despesa de

36.304.000,00€, com disponibilidades de cerca de 3.700.000,00€, com saldo de gerência orçamental do grupo de quase 3.000.000,00€; - O ativo do grupo autárquico é de quase 150.000.000,00€, com património líquido de 127.755.000,00€, um passivo de 21.538.000,00€ e o resultado líquido do exercício de um 1.151.000,00€. Concluiu assim que as contas do grupo autárquico estão com saúde e com uma margem para se poder ir à banca caso seja necessário, estando assim muito satisfeita.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual colocou as seguintes questões: - Na página 13, lê-se que "*resulta desta análise um saldo corrente de 6.872.817,18€, o que significa que as receitas correntes foram mais suficientes para cumprir as despesas correntes e um saldo de capital negativo de*" quase 5 milhões, o que representa aquele saldo negativo? - Como a BIOCANT tem um empréstimo contraído de 2.134.225,27€, se não dá lucro, dá prejuízo e não está a laborar, como vai pagar aquele empréstimo? Acrescentou que aquele empréstimo é garantido com as instalações, das quais a Câmara detém 99,93%, pelo que se entrar em incumprimento, a Câmara sairá fortemente lesada. Recordou ainda que a BIOCANT para além de ter dado as instalações como garantia, em 2017 fez uma venda das mesmas instalações e mais tarde em 2018, fez uma cessão de exploração por 20 anos à firma CANTADVISER, o que considera deveras confuso.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou ao Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, informação sobre a primeira questão colocada e de seguida, procedeu à distinção das duas Associações, recordando nomeadamente que a ABAP - Associação Beira Atlântico Parque é detida pelo Município em 97,59%, sendo a entidade que detinha os edifícios onde funciona a BIOCANT. Acrescentou



que, no mandato anterior entendeu-se e bem, poder fazer a alienação de dois edifícios a um privado, podendo assim aliviar a carga financeira de empréstimos que existia naquelas duas entidades, os quais foram alienados à BIOCANT, S.A., uma empresa privada, que nada tem a ver com o Município e que permitiu uma injeção de capital e aliviou as prestações que se tinham de pagar às entidades bancárias. Relativamente à ABAP, informou que, efetivamente, no momento, não tem atividade e como deixou de fazer a gestão daquela área, entendeu-se que não havia necessidade de pagar as quotas do município, daí os valores existentes. Acrescentou que a ABAP ainda tem património, nomeadamente, edifícios que estão com candidaturas aprovadas e que não podem ser alienadas, tendo de continuar a existir. Relativamente à BIOCANT, informou continuar com atividade na área comercial, tendo tido um resultado líquido no período positivo, tendo também pessoal para gerir. Referiu que, ao longo destes anos a BIOCANT e a ABAP tinham uma quantidade substancial de funcionários, investigadores, técnicos de contabilidade, administrativos, que, por vontade própria transitaram para a entidade privada, para outras empresas ou para o Centro de Neurociências, ficando apenas com o pessoal necessário para cumprir as suas funções. Referiu ainda que a BIOCANT também tem a Academia de Ciência, mais vocacionada para um apoio mais social e mais educativo às próprias escolas, mas que não dá receita, justificando a quota do Município. Relativamente à ABAP, recordou ser a associação que tem mais associados, entre outros, municípios, a Adega Cooperativa, institutos de investigação e que, todos em conjunto, acham que está na altura da ABAP ter outro tipo de função, que está a ser analisada e que brevemente será comunicada.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual questionou ainda sobre o facto do contrato de cessão de exploração

à CANTADVISER, ter um pormenor que impede que a ABAP e a BIOCANT se separem, que é a palavra incindível, tirando assim partido das duas associações, o que não é bom para a Câmara, caso haja alguma coisa que corra menos bem. Questionou ainda sobre o valor do empréstimo inicial do Biocant e sobre o empréstimo atual, mostrando-se apreensivo sobre um possível incumprimento. -----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que muito se fez para vender o produto e tentar complementá-lo com financiamento através do IAPMEI, tendo havido necessidade de recorrer à banca e às receitas próprias do município. Acrescentou que, quando se chegou a uma altura que já não era possível investir mais nas áreas pretendidas, entrou o privado com o qual houve necessidade de se fazer cedências. Relativamente aos empréstimos informou que foram vários e que não existirá incumprimento pelo facto da Biocant fazer parte do grupo autárquico, que, se houver algum problema, pagará a prestação. Solicitou, de seguida ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, que respondesse à primeira questão colocada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, o qual esclareceu que, ao nível de receita de capital e da despesa de capital há um défice de 4.000.000,00€ no entanto a receita corrente é de 28.000.000,00€ e a despesa corrente é de 22.000.000,00€, existindo, assim, um saldo de 6.000,000,00€ que anula o saldo negativo de 4.000.000,00€, dando um saldo positivo de 2.000.000,00€.-----

----- Interveio então o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual prestou ainda os esclarecimentos que julgou necessários, fazendo um breve resumo do histórico daquelas associações e informando nomeadamente que: - Todos os edifícios que foram feitos no BIOCANT PARK foram construídos por contração de dívida e com

capitais próprios do Município por não terem tido qualquer tipo de apoio do universo estatal; - Hoje o investimento já está a ter reflexo, estando convencido que num futuro, mais ou menos próximo, será ainda maior; - A empresa CANTADVISER, tem que cumprir o contrato de cessão de exploração, sendo o Município de Cantanhede o órgão fiscalizador que, a todo o momento, pode verificar se está ou não a cumprir com os objetivos para os quais o Parque foi criado. - Aquela entidade privada, tem aprovada uma candidatura de mais de 6 milhões de euros para a construção de mais um edifício, destinado à vinda de mais empresas; - No momento, o Município não tem qualquer envolvimento financeiro naquela nova fase de investimento. - Desde sempre, as auditorias sempre refletiram a realidade da BIOCANT e da ABAP dando resultados negativos, deixando sempre essa apreensão, sendo uma decisão técnica que devem fazer; - Relativamente à componente política, o Executivo Camarário e a Assembleia Municipal sempre entenderam que deviam continuar a apoiar o projeto, mesmo sendo deficitário; - Tem havido uma diminuição drástica dos custos do Município para manter aquela realidade; - O investimento está à vista, é um ativo que se está a amortizar, pertencendo os edifícios às associações, os quais daqui a alguns anos, quando a dívida for paga, são ativos e não existe dívida; - Existem 2 edifícios que foram construídos com fundos comunitários, pelo que, não poderão ser vendidos no prazo de 5 anos contados da data da inauguração dos mesmos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou que o ecossistema existente, para além de ser muito bem-sucedido, está cada vez mais forte e, no momento, está dotado de condições para continuar a crescer, o que é determinante para o processo de desenvolvimento de Cantanhede. Recordou que a ABAP foi um projeto que nasceu há 20 anos, de uma

visão estratégica e de uma visão muito própria do Executivo liderado pelo Dr. Jorge Catarino, seguido do Executivo do Dr. João Moura, no qual foi preciso desenvolver todo um processo que serviu uma causa de conseguir criar condições para fazer o que mais ninguém conseguiu fazer, em condições muito próprias. Acrescentou que, no momento, percebeu-se que era determinante haver um outro músculo financeiro, outra capacidade ao nível do mercado para poder desenvolver o projeto, e agora, a ABAP e a BIOCANT, têm um papel determinante, não apenas de embaixadores do Parque, de continuar a fazer crescer toda a zona de influência, de adesão e de promoção do Parque, mas sobretudo de fiscalização das competências do privado, o que é muito importante. Referiu que aquelas associações têm órgãos próprios e as suas contas são auditadas, sendo certo que se tivesse havido pagamento das quotas por parte do Município, o resultado líquido seria positivo. Referiu ainda que representa várias entidades, quer científicas, quer associativas e de outros municípios que estão envolvidos, as quais consideraram determinante o facto da ABAP ter um papel essencial na construção daquele ecossistema, estando a ser desenvolvido um estudo prospetivo de análise e de definição de um plano estratégico para aquele ecossistema, o que poderá implicar a redefinição dos próprios estatutos, de algumas funções ou que se chegue à conclusão que o BIOCANT, que por si só, consegue fazer esse papel e não faz sentido, podendo fundir-se as duas associações. Reforçou o facto de não haver motivo de preocupação, face à análise do contexto alargado e perante o total do património líquido da própria ABAP em relação aos outros valores. Finalmente, referiu ser o momento para redefinir os seus papéis, perante os desafios que se vão colocar nos próximos anos a todo aquele ecossistema, e ver como é cada uma delas pode continuar, redefinindo-se ou não, fundindo-se ou não, consoante o trabalho e a análise que está a decorrer.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Ulisses Salvador, referindo que, se a CANTADVISER, absorveu a marca Biocant e absorveu também o BIOCANT PARK, no fundo, detém tudo.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que não, a CANTADVISER é uma empresa privada que adquiriu os dois edifícios e alguns terrenos e com o protocolo celebrado faz a gestão do parque. Acrescentou que o Município tem a associação BIOCANT e aquela empresa a marca BIOCANT, SA, fazendo a gestão do Parque e recebendo as rendas das empresas que estão lá sediadas, também pagam a água, a luz, o saneamento e as despesas todas do Parque, o que não é muito benéfico.-----

----- Referiu ainda o Sr. Ulisses Salvador que a renda a pagar por aquela empresa, 10.000,00€ por ano, representa menos de 1.000,00€ por mês, durante 20 anos, sendo um contrato muito favorável.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, a empresa comprou dois edifícios e os terrenos, sendo os restantes edifícios que foram candidatados a fundos comunitários propriedade da ABAP e que ainda estão a ser pagos através da ABAP. Referiu, de seguida, que como houve transição de pessoal para a empresa, toda a parte da contabilidade e administrativa agora é feita pela mesma empresa, mas a ABAP ainda tem pessoal afeto, ficando com a despesa dos pagamentos à Banca e a despesa do pessoal, tendo deixado de receber as quotas, daí a diferença em termos dos resultados. Referiu ainda que, quando for deliberado voltar a pagar as quotas, essa diferença será ultrapassada, mas que não haverá essa necessidade porque tem um património de capital de aproximadamente 2.400.000,00€.-----

----- Questionou ainda o Sr. Ulisses Salvador se só a BIOCANT tem ainda empréstimo para pagar, ao que respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio que a BIOCANT não tem qualquer empréstimo, tem sim a ABAP.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo que o assunto já foi debatido por duas vezes na sessão e solicitou ao Sr. Ulisses Salvador que olhasse novamente para o processo, podendo colocar todas as questões que entender nos órgãos próprios, ao Executivo Municipal ou à Assembleia, mas que previamente conversasse com as pessoas que lideram aquelas realidades.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual referiu tratar-se de um tema muito pertinente e que as questões colocadas também são pertinentes e legítimas. Acrescentou que todos analisaram o documento, o qual está muito bem feito, no entanto consta um parecer de uma entidade auditora que coloca algumas reservas que não podem ser minimizadas. Referiu de seguida que, a questão da BIOCANT deveria ser apresentada na Assembleia com alguma profundidade, porque as dúvidas que foram apresentadas, são as dúvidas de muitos novos membros que não conhecem a realidade daquelas Associações. Finalizou a sua intervenção, afirmando que a BIOCANT não é um projeto da Câmara mas sim do Concelho pelo que devem estar todos bem informados para a poder defender.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura que, se há necessidade de se voltar a conversar, poderá solicitar ao Executivo a realização de uma sessão extra, para elencarem as dúvidas e conversarem abertamente sobre o assunto.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, afirmando que no momento, o Município está confortável com a situação da ABAP e da BIOCANT. Esclareceu de seguida que, por motivos de transparência, os órgãos sociais que estão em funções são compostos por dois Presidentes de Junta, para que houvesse

também a aproximação também das freguesias e dois vereadores da oposição, por forma a abrir completamente a ABAP e a BIOCANT a todas as forças políticas e a todas entidades para que tenham conhecimento do que lá existe. Voltou a referir que a ABAP e a BIOCANT, têm uma Administração, uma Assembleia Geral e auditores que fiscalizam e validam as contas. Considerou também que seria interessante fazer uma Assembleia Municipal no BIOCANT, precedida de uma visita à sua estrutura e com a apresentação das entidades que lá estão instaladas, no sentido de ser transmitido tudo o que se lá passa.-----

----- Perante a disponibilidade manifestada pela Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, o Sr. Presidente da Mesa, após algumas considerações, solicitou ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, para colocar na agenda da próxima sessão da Assembleia Municipal um ponto para visita ao Biocant Park, sendo a sua realização naquelas instalações.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas consolidadas 2021»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 26 votos a favor e 9 abstenções.-----

----- Após a votação, o Sr. Ulisses Salvador apresentou uma declaração de voto do Partido Chega, do seguinte teor: *"Na sessão pública ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede realizada a 28/6/2022, o eleito pelo Partido Chega, vota abstenção no Ponto n.º 13 da ordem de trabalhos, porque existem incongruências contabilísticas relativamente à BIOCANT."*-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que o Município de Cantanhede é o único

do distrito de Coimbra, desde há 13 anos consecutivos, que é galardoado com o Prémio Autarquia Familiarmente Responsável pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, sobretudo devido à adoção de boas práticas municipais, seja na política de família, seja na implementação de medidas conciliadoras entre a vida profissional, familiar e pessoal. Referiu ainda que o Regulamento de Incentivo à Natalidade já existe há 7 anos, tendo sido apoiadas 962 crianças até final de 2021, com um subsídio de 500,00€, propondo-se agora uma adaptação àquele Regulamento. Solicitou, de seguida ao Sr. Presidente da Mesa que fosse a Sr.ª Vereadora, Célia Simões a apresentar o novo Regulamento.-----

----- Foi então dada a palavra à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual referindo que a proposta apresentada pretende melhorar a qualidade de vida das pessoas e fazer com que o concelho seja cada vez mais pró-ativo para quem queira nele ficar, informou existirem duas grandes alterações, nomeadamente, quanto ao valor do subsídio e à forma como ele era atribuído. Esclareceu assim, que os 500,00€ que foram atribuídos a cada criança que nasceu no concelho, ao longo dos últimos 7 anos, foram atribuídos com base nos comprovativos das despesas efetuadas, que teriam de ser efetuadas no mercado do próprio Concelho. Com o novo Regulamento, entendeu-se não ser necessário a apresentação de faturas das despesas, sendo o subsídio atribuído à criança que nasce, e gasto pelo pai ou pela mãe conforme entenderem consoante as despesas do novo elemento do agregado familiar. Foi ainda entendido que o subsídio poderá ser solicitado pelo pai ou pela mãe da criança, sendo atribuído o valor de 750,00€ caso seja o primeiro filho, 1.000,00 € para o segundo filho, 1.250,00€ para o terceiro e 1.500,00 € para o quarto filho e seguintes. Foi ainda entendido que, no caso de filhos gémeos da primeira gravidez, o valor atribuído a cada bebé é de 1250,00€, num total de 2.500,00€ e no caso de serem já o terceiro e o



quarto filho, o valor é de 1.500,00€, perfazendo um total de 3.000,00€. Referiu de seguida que o novo Regulamento terá efeitos a partir do dia 1 de janeiro do corrente ano, já foi aprovado em reunião de Câmara, esteve em discussão pública, voltou à reunião de Câmara e agora vem à Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual em nome da Bancada do PS, congratulou a iniciativa e as alterações que foram feitas ao Regulamento, sendo um incentivo que, apesar de não ser determinante para o aumento da natalidade, é um apoio generoso para quem tem filhos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual também congratulou a iniciativa do Município que representa um esforço bem-intencionado e que demonstra a política sensível com que, desde janeiro de 2015, o Município vem promovendo a natalidade e contrariando o envelhecimento da população do Concelho. Felicitou de seguida a iniciativa, pela continuidade e pela alteração das verbas envolvidas, para melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes e das suas famílias, facto que contribuiu para que o Município, nos últimos 11, 12 anos consecutivos, fosse reconhecido com o estatuto de Autarquia Familiarmente Responsável. Felicitou ainda as centenas de crianças recém-nascidas que, ao longo destes anos usufruíram do incentivo.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais e Incentivo ao Voluntariado nos Bombeiros Voluntários do Concelho de Cantanhede»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se agora do projeto do Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais e Incentivo ao Voluntariado nos Bombeiros Voluntários do Concelho de Cantanhede, o qual já foi apresentado ao Executivo, aprovado pela Câmara e esteve em consulta pública pelo prazo de 30 dias. Referiu que foram analisadas pelos serviços todas as propostas/sugestões que foram apresentadas, verificando-se que algumas já eram benefícios que os próprios Bombeiros têm decorrentes, da Federação, por exemplo e outras que eram perfeitamente enquadráveis. Acrescentou que, no ano em que os Bombeiros de Cantanhede fazem 120 anos, fazia sentido ter esta atitude perante quem se entrega ao voluntariado. Procedeu de seguida à descrição pormenorizada do documento propriamente dito, focando-se particularmente nos seus destinatários e nos benefícios a atribuir, a tramitação do processo e a cessação dos benefícios. Informou ainda que, após a sua aprovação por parte da Assembleia Municipal, o Regulamento entrará em vigor 15 dias após a sua publicação no Diário da República e que, relativamente ao impacto financeiro previsto, face à lista dos Bombeiros que poderão ser beneficiários, o mesmo poderá não ultrapassar os 25.000,00 €. Informou finalmente que o Regulamento se destina aos Bombeiros Voluntários adstritos a Cantanhede e à Tocha.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual congratulou a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, pela promoção do voluntariado nos Bombeiros Voluntários, reconhecidos como Força Armada e pela Liga dos Bombeiros Portugueses e pela Proteção Civil. Acrescentou que, de facto também é uma forma de promover o voluntariado na Proteção Civil, em todas as suas vertentes, seja em fogos urbanos, fogos industriais, acidentes ou



pandemias, sendo um serviço no qual as pessoas se entregam completamente em prol do próximo. Referiu de seguida que, relativamente ao custo estimado, acredita representar um investimento na proteção dos Municípios, através de maior incentivo para o voluntariado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Grilo, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, deu os parabéns ao Executivo pelo documento apresentado. De seguida questionou sobre se há intenção da Câmara fazer algum, seguro conjunto com todas as Juntas de Freguesia para as equipas de primeira intervenção que, não sendo voluntária dos Bombeiros, trabalham no sentido de ajudar os Bombeiros que veem a seguir, podendo haver algum acidente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual afirmou que, relativamente aos Bombeiros, tem de se incentivar o voluntariado, porque são os primeiros a prestar auxílio às populações nos incêndios, intempéries, catástrofes naturais, acidentes, transporte de doentes e busca e salvamento. Acrescentou que tudo o que lhes for concedido é para uma causa nobre e de utilidade social de elevado mérito.-----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, respondendo à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Grilo, que não tem noção dos números relativamente ao que se passa nas Juntas de Freguesia, podendo, no entanto, ser feita uma análise com todas as Juntas de Freguesia no sentido de se saber quem está adstrito a essa mesma função. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu relativamente à questão colocada pela

Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Grilo, que, nas formações e reuniões havidas sobre o assunto, foi informado que as pessoas que estão na primeira intervenção têm um seguro pago pela ANPC, devendo ser comunicadas a sua presença ao comandante do incêndio, ficando assim cobertos por quaisquer acidentes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual, sobre o mesmo assunto, confirmou que os elementos de primeira intervenção das Juntas de Freguesia, quando no teatro de operações são contabilizados e efetivamente fazem parte do efetivo de combate a incêndios, no entanto, a Junta de Freguesia tem que ter um seguro para cada elemento que faz parte da equipa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual referiu ter sido questionado sobre a possibilidade de se atribuírem também os mesmos benefícios aos Bombeiros que não residam no Concelho de Cantanhede mas que fazem parte do Corpo dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Cantanhede, sendo certo que, no seu ver alguns benefícios não poderão ser concedidos, como é o caso da isenção do IMI se o bombeiro residir noutro Concelho.-

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio que o Regulamento se destina aos Bombeiros do Concelho de Cantanhede, não se podendo isentar o IMI de uma casa que se encontra em outro Concelho.-----

----- Sobre esta questão intervieram ainda o Sr. Abel Carapeto, questionando se os Bombeiros não residentes no Concelho não poderão beneficiar dos restantes benefícios, pois considera que existe uma certa discriminação. Interveio também o Sr. Carlos Fernandes, referindo que se, por um lado, o objetivo é incentivar o voluntariado no concelho de Cantanhede, por um lado, também será incentivar que as pessoas



residam e façam a sua vida no concelho de Cantanhede. Acrescentou que, se o voluntariado é importante, também não são menos importantes o desenvolvimento do concelho de Cantanhede e a captação de eleitores. Referiu ainda que, quando se fala de assistência e socorro, não menosprezando os voluntários de outros locais, em termos de prontidão estes demorarão mais a chegar aos locais. Considerou assim que, o facto de se estar a incentivar que alguém possa residir na Figueira da Foz ou em Mira e exerça voluntariado em Cantanhede, levanta algumas questões. No entanto, percebendo que possa ser visto como discriminatório, afirmou não fazer qualquer sentido, seja através de arrendamento ou de isenção de IMI, estar a contribuir para a residência num outro concelho que não Cantanhede, dando a possibilidade a um cidadão não residente de ter um conjunto de vantagens em que muitos residentes que exercem outro tipo de voluntariado, com dedicação e também em condições difíceis, não podem obter. Concluiu que resulta assim uma conjugação, por um lado do voluntariado, mas por outro que se trata de um Regulamento Municipal de Cantanhede que pretende promover a coesão territorial, enquanto um todo.-----

----- Interveio novamente a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referindo que o artigo 4.º refere cumulativamente todas as condições, nomeadamente, que devem ser residentes no concelho de Cantanhede. Referiu ainda que o documento esteve em audiência pública, não tendo havido qualquer proposta relativamente a bombeiros residentes noutros concelhos. Acrescentou ser da opinião de que qualquer Regulamento deveria ter sempre uma alínea destinada aos casos omissos ou não previstos, permitindo que esses casos pudessem ser deliberados numa reunião do executivo, de acordo com a sua particularidade ou especificidade.-----

----- Interveio novamente o Sr. Abel Carapêto, defendendo novamente que, um Bombeiro a exercer funções em Cantanhede e a residir noutro concelho, certamente

se sentiria discriminado, porque se trabalha nos Bombeiros de Cantanhede e reside em Mira, não faz sentido vir viver para Cantanhede para ter aqueles benefícios, devendo haver uma exceção para os benefícios sociais que podem ser concedidos, sendo obvio que na questão do IMI não teria direito. Defendeu ainda que, se o concelho de Cantanhede pertence à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a questão das fronteiras, cada vez mais, deve ser abolida, não devendo ser prejudicado um Bombeiro de Cantanhede que não resida no Concelho. Finalmente, sendo contra essa questão, apelou a que seja revista, sendo a Assembleia o local certo para o fazer. -----

----- Interveio novamente o Sr. Ulisses Salvador, o qual referiu ter sido informado que existem 10 ou 11 Bombeiros que não residem no concelho de Cantanhede.-----

----- Interveio também o Sr. Carlos Fernandes, esclarecendo que também não seriam aplicáveis os benefícios relativos à questão das refeições escolares se os filhos dos Bombeiros não estudarem no Concelho. Colocou de seguida a questão relativa a Bombeiros residentes no concelho de Cantanhede, mas que exercem voluntariado noutras corporações.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, fazendo o ponto da situação e referindo existir o entendimento que, um regulamento que vem à Assembleia é passível de ser modificado. Recordou a possibilidade de se poder estender os benefícios aos Bombeiros de Cantanhede que não residem no Concelho, à exceção da isenção do IMI e à questão das refeições escolares, havendo abertura para acrescentar no Regulamento um artigo relativo a casos omissos.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Abel Carapêto, afirmando não estar em causa, de forma alguma, a natureza do documento que considera extraordinário, sendo de louvar tudo o que se possa fazer para incentivar o voluntariado, estando em causa sim, a

discriminação face aos bombeiros de Cantanhede que não residem no Concelho, não poderem usufruir dos benefícios possíveis. Apelou assim a que aquele aspeto fosse revisto e melhorado, podendo o Regulamento ser retirado da ordem de trabalhos e apresentado novamente numa próxima sessão.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, afirmando ser da opinião de que o documento deve ser melhorado, sendo a Assembleia o local certo para ser discutido. Referiu de seguida que o ideal era que as questões colocadas tivessem chegado no período de discussão pública do documento, para serem discutidas atempadamente.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informando que iria ausentar-se e solicitando que o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes assumisse a Presidência da Mesa.-----

----- Assumiu então a Presidência da Mesa o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, dando a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual referiu que, do ponto de vista da bancada do PSD, o Regulamento deve ser aprovado tal como está, sem prejuízo de poder ser alvo de revisão a qualquer momento. Acrescentou que, se há propostas de melhoria no sentido de um ou outro benefício poder ser aplicável a Bombeiros de fora do concelho, que seja feita uma proposta nesse sentido. Esclareceu de seguida que a proposta de que o Regulamento deve ser aprovado agora, tem a ver com o facto de já ter sido agendado no mandato anterior, por terem sido detetados um conjunto de incoerências e de sugestões de diversas pessoas, nomeadamente da bancada do PSD, tendo a Câmara entendido por bem retirar o Regulamento da votação e dar mais tempo para a estruturação e o amadurecimento do projeto. Referiu ainda que o documento foi submetido a consulta pública, tendo os serviços camarários tido o cuidado de mandar um *link* a todos os Membros da

Assembleia para apreciarem e apresentarem propostas. Por tudo isso, afirmou não acreditar que o Regulamento seja agora votado por uma imprecisão e que, se foi detetada alguma oportunidade de melhoria que seja apresentada e introduzida futuramente.-----

----- Sobre o assunto intervieram novamente o Sr. Abel Carapêto e o Sr. Carlos Fernandes, defendendo e mantendo ambos as suas posições.-----

----- Também a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, interveio, recordando o artigo 4.º diz que: "*o presente Regulamento aplica-se a todos os Bombeiros pertencentes ao corpo de Bombeiros do concelho de Cantanhede que preenchem cumulativamente determinadas condições*" e a sua alínea e) diz que: "*sejam residentes no concelho de Cantanhede.*" informou de seguida que, relativamente ao seguro, todos os Bombeiros têm direito a ele, mesmo que não sejam residentes no concelho de Cantanhede, por se tratar de uma obrigação legal. Voltou a referir que deveria existir um artigo para os casos omissos porque podem surgir e voltou a fazer uma análise das várias alíneas do artigo 5.º no qual são enumerados os benefícios a atribuir, defendendo do seu ponto de vista, os que possam ou não possam ser atribuídos a bombeiros que não residam no Concelho. Solicitou de seguida ao Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes que o Sr. Serafim Pires, jurista, pudesse dar alguma ajuda sobre o assunto. -----

----- Concordando com a sugestão, o Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu em primeiro lugar a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual referiu ter reunido com alguém dos Bombeiros, tendo analisado ponto a ponto a proposta de Regulamento e encontrado apenas essa discrepância de existirem 10 ou 11 Bombeiros que não residem no concelho de Cantanhede, logo não poderiam ter o

benefício do IMI. Relativamente aos restantes benefícios, afirmou acreditar que poderão usufruí-los tal como vão usufruir os residentes no Concelho.-----

----- Interveio novamente a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referindo que também o ponto 3 do artigo 5.º refere-se a "*isenção de taxas respeitantes ao licenciamento ou comunicação prévia referente a operações urbanísticas de construção, ampliação ou alteração de edifício para habitação própria permanente com compromisso de permanência na mesma, pelo período mínimo de 5 anos*", não lhe repugnando que um Bombeiro que seja de Montemor faça uma operação urbanística para ter uma casa em Cantanhede e aí seja isentado, já para operações urbanísticas no seu Concelho, as mesmas não poderão ser isentadas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu então a palavra ao Sr. Serafim Pires, o qual informou que, em termos regulamentares vigora o Princípio da Territorialidade, não se podendo regulamentar nada que não seja do território do Município de Cantanhede, independentemente de se pertencer a uma Comunidade Intermunicipal, uma Associação de Municípios, seja o que for. Acrescentou que, dentro daquele princípio e em função da proposta que está feita, não vê que não possa ser acrescentada uma alínea de extensão a todos os Bombeiros que sendo voluntários em Cantanhede residam noutra Município, beneficiando de todas as regalias que possam ser legalmente aplicáveis, dentro do respeito pelo princípio da territorialidade. Referiu ainda que, nesse sentido não poderão ser aplicadas a isenção do IMI, caso residam noutra Concelho, a questão dos subsídios escolares, uma licença urbanística de outro concelho.-----

----- Questionou o Sr. Carlos Fernandes, se a alteração proposta pode ser considerada como uma sugestão da Assembleia Municipal, uma correção menor que

6

não tem grande impacto, evitando assim novo processo de consulta pública, reunião de Câmara e Assembleia Municipal.-----

----- Respondeu o Sr. Serafim Pires que a Assembleia Municipal o pode fazer.-----

----- Interveio então novamente o Sr. Carlos Fernandes, informando que a bancada do PSD não vê inconveniente de que a sugestão possa ser incluída, dado ser uma incoerência que foi detetada na sessão.-----

----- Também o Sr. Abel Carapêto interveio, informando que a bancada do PS concorda com a introdução daquela sugestão no Regulamento, porque lhe dá uma nova interpretação.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais e Incentivo ao Voluntariado nos Bombeiros Voluntários do Concelho de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com a correção efetuada.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da Estratégia Local de Habitação do Município de Cantanhede»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara Helena Teodósio a qual informou tratar-se de um trabalho elaborado pelo Urbanismo e pela Ação Social, num contexto considerado determinante nesta altura. Referiu, de seguida, que no território do concelho é habitual as pessoas terem habitação própria e não propriamente de arrendamento. No entanto, com a quantidade de pessoas que estão a vir para as zonas industriais, verifica-se que muita gente tem de arrendar casa fora do concelho, porque as casas que surgem para arrendamento no concelho, são arrendadas de imediato. Acrescentou que, em termos de urbanismo, se verificam sinais muito importantes relativamente à

reabilitação de habitações, mas também existem empresas que adquiriram grandes terrenos e em algumas zonas da cidade, pretendendo construir em altura. Referiu ainda que, no momento está a ser feita a revisão do PU, estando também em análise o PDM, no sentido de, apesar de todos pretenderem um concelho contido a nível urbanístico, se considera que Cantanhede tem condições para ser mais apelativo em termos de construção. Relativamente à habitação dita social, referiu que o Município nunca teve esse tipo de habitação, sendo o Bairro Vicentino propriedade da Conferência Vicentina, com a qual se fez um comodato no sentido de obter fundos comunitários. Solicitou finalmente que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, fizesse o enquadramento do documento, seguindo-se uma explicação, mais pormenorizada pela equipa técnica que preparou o documento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual informou que o documento em causa estabelece políticas que foram aprovadas pela Câmara Municipal e submetidas ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, o qual envia na presente data um conjunto de observações que serão explicadas na sessão. Informou, de seguida que, das várias linhas de intervenção estratégicas que foram definidas, uma delas é orientada para a adequação dos instrumentos definidos na nova geração de políticas de habitação, à realidade territorial e à sua implementação de forma integrada, tendo em conta a promoção de soluções habitacionais, com enfoque na resposta às necessidades das comunidades mais vulneráveis. Acrescentou ter sido um trabalho desenvolvido, quer pelo Urbanismo, quer pela Ação Social, não tendo enfoque apenas nas questões de vulnerabilidade ou do urbanismo, mas com uma visão integrada conjunta, sendo que uma das medidas estruturantes passa por priorizar as soluções habitacionais a desenvolver ao abrigo do "1º Direito", programa de apoio ao acesso à

habitação, tendo em conta o diagnóstico global que foi realizado ao nível das carências habitacionais do concelho. Referiu que o tempo para aprovação do documento é determinante perante as dificuldades de financiamento do próprio IRHU, existindo, no momento, um conjunto de concursos que estão abertos e que não podem ser desperdiçados, sobretudo os que dizem respeito à questão do "1º Direito" e às que dão resposta à questão das vulnerabilidades sociais, tendo o assunto sido submetido à Assembleia sem os comentários do IRHU. Assim, informou que o documento será submetido tal como está, deixando em aberto a inclusão de todas as indicações e recomendações que chegaram do IRHU, uma vez que vai ser determinante, em termos de candidaturas, poder desenvolver o processo já ao longo dos próximos meses e não perder tempo termos de candidatura. Referindo-se à vertente social do programa, informou que foram traçados grandes objetivos, nomeadamente, continuar com a política de reabilitação e requalificação do edificado, tendo em conta os critérios de eficiência energética, o combate ao despovoamento das zonas rurais através do reforço da coesão social, o estímulo ao mercado de arrendamento como já foi referido no concelho, bem como a criação de condições para o mercado imobiliário de maneira a dar resposta à procura crescente e à necessidade de fixação das pessoas, por forma a dar resposta ao alargamento das oportunidades de trabalho, mas também em termos de atratividade futura do concelho. Relativamente ao parecer do IRHU recebido na presente data, informou que alguns números precisam ser retificados em alguns quadros ou mapas, por existirem algumas discrepâncias de uns para outros, deve ser confirmado o número de pessoas visadas na estratégia local de habitação e o número de pessoas para acordo de colaboração, tendo presente o financiamento, e ainda alguns dados relativos à questão do financiamento. Referiu não ter havido possibilidade de redigir um novo documento e de fazer chegar a versão final, com a

correção das tabelas e das questões que foram colocadas em relação aos mesmos mapas, mas estará pronto dentro de um dia ou dois, e que, se houver necessidade, poderá ser levado novamente à reunião de Câmara. Acrescentou que o documento também poderá ser aprovado na presente sessão, tal como está, com os esclarecimentos agora dados e que serão abordados pela equipa técnica aquando da explicação do mesmo. informou ainda que, por serem processos muito burocráticos e muito exigentes, não é possível aos cidadãos com vulnerabilidade social apresentarem a candidatura sem o apoio do Município. Antes de dar a palavra à equipa técnica para a apresentação do documento, referiu ainda que o documento é muito dinâmico, permitindo a sua revisão de 6 em 6 meses.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu então a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, o qual passou a palavra à Sr.ª Verónica Silva, técnica do Município que, com auxílio de uma projeção multimédia, fez uma breve apresentação sobre o que são as políticas de habitação a nível nacional que enquadram a estratégia local de habitação, seguida de uma síntese do diagnóstico que foi realizado, nomeadamente a nível das carências habitacionais do concelho e abordou ainda a estratégia local de habitação de Cantanhede e a sua implementação. Resumidamente, informou que: - A estratégia local de habitação é um instrumento no qual o Município define a sua estratégia e prioriza as soluções habitacionais que pretende desenvolver, que possam ser enquadradas no "1º Direito", mas tendo sempre presente um diagnóstico muito detalhado das necessidades, das carências habitacionais no concelho e também que se possam alinhar com os princípios do programa, a acessibilidade habitacional, a integração, a cooperação, a participação; - A síntese do diagnóstico às carências habitacionais foram identificadas através do trabalho da Ação Social, um conjunto de 79 famílias em carência

habitacional, sendo que 20 daqueles casos já estão a ser solucionados através do PEDU, é o caso do Bairro Vicentino e os restantes casos serão resolvidos através do programa "1º Direito", para o qual foram contabilizadas cerca de 59 famílias, correspondendo a 152 pessoas, onde a maior parte dos casos dizem respeito a insalubridade e insegurança, casas que não têm as condições estruturais de higiene e salubridade necessárias, sendo preciso intervir; - Perante o diagnóstico efetuado, as prioridades de intervenção baseiam-se tanto na reabilitação dos tecidos urbanos degradados para que haja mais habitação disponível, mas também na mobilização dos proprietários de fogos vagos e devolutos para os integrar no mercado de arrendamento, reabilitação dos fogos passíveis de recuperação das famílias em carência habitacional, aquisição de fogos para habitação social e de emergência em casos em que é necessária e qualificação das áreas urbanas especialmente vulneráveis e a melhoria da mobilidade interna promovendo a inclusão e a coesão social; - As soluções habitacionais que se podem enquadrar no programa "1º Direito" serão a aquisição e a reabilitação previstas pelo "1º Direito"; - No caso das famílias que são proprietárias da habitação onde vivem e onde exista algum tipo de carência, seja de insalubridade e segurança, seja de inadequação, os próprios proprietários são os beneficiários diretos; - Nos casos em que as pessoas vivem em condições indignas, mas que não são proprietários da habitação onde vivem, propõe-se uma atuação da Câmara, através da aquisição e reabilitação de fogos, para essas famílias possam ser realojadas; - Estima-se que a reabilitação dos fogos dos beneficiários diretos possa atingir cerca de 3,6 milhões de euros, e o investimento na solução habitacional pela Câmara Municipal de Cantanhede na ordem dos 2 milhões e meio; - Prevê-se que a questão dos beneficiários diretos possa ser resolvida no período de 4 anos, sempre tendo em conta que as pessoas deverão apresentar as candidaturas, pode haver

alguns ligeiros ajustes e nos casos das soluções a promover pela Câmara Municipal de Cantanhede, se estima que possa ser iniciada a resolução ainda no ano 2022 até 2025.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu de novo a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual concluiu tratar-se de um futuro desejável que o Município gostava de construir e com a oportunidade de gerar a possibilidade de aceder a financiamento. Acrescentou tratar-se de uma visão completamente diferente daquela tem sido feito até agora, porque muitos dos apoios que foram extraordinários, eram apoios pontuais por resolver o problema de uma casa de banho, por exemplo, faltando a visão estrutural, sobretudo da integração social, de apelar à responsabilidade de cada um ou das famílias no sentido de se envolver em todo o processo e encontrar soluções. Acrescentou ainda que, no fundo, se trata de encontrar um meio para vencer um ciclo, de uma questão da dimensão social, de um conjunto de problemas que persistem, para as quais o Concelho tem de encontrar respostas. Referiu tratar-se também de outras oportunidades, seja para casais jovens, seja para gente com condições reduzidas. Apelou de novo à possibilidade de aprovação do referido documento, condicionado às correções do IRHU, para poder ser submetido na competente plataforma, comprometendo-se fazer chegar a todos os presentes a sua versão final, logo que esteja concluída.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu de seguida a palavra ao Sr. Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual acrescentou que todo investimento que é enquadrado no "1º Direito", é 100% participado em despesas elegíveis.-----

----- Interveio de novo o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, referindo que todo o processo teve a participação de toda a Vereação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual deu os parabéns a toda a equipa técnica responsável pelo trabalho realizado e, em nome da bancada do PSD, informou que não se opõem a que possam ser corrigidos os quadros e que sejam remetidos à posteriori. Referiu de seguida que a estratégia local que se pretende implementar, dá algumas garantias de ir de encontro dos interesses do município e dos Municípes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual congratulou o Município pelo trabalho realizado. Referiu, de seguida, que sendo uma estratégia que pressupõe que estejam definidos objetivos e uma política com a qual se pode concordar mais ou menos, é sempre suscetível de ajustes, com a mais-valia de oportunidade pelo concurso a fundos comunitários, que não se podem perder. Acrescentou acreditar que a articulação entre o Plano Nacional de Habitação e a componente social, é uma mais-valia enquanto instrumento de planificação, adequando os meios financeiros disponíveis à realidade territorial. Frisou que foram identificadas as necessidades a serem implementadas de forma integrada, atuando sobre as carências que foram identificadas no concelho e procurando encontrar soluções habitacionais para a população, dando resposta a uma carência habitacional digna para todas as pessoas, com critérios de eficiência energética cada vez mais importantes, modernizando as habitações, preservando e valorizando o património, combatendo o despovoamento das zonas rurais através da coesão territorial, estimulando o mercado de arrendamento, criando condições para que o mercado imobiliário possa dar resposta à grande procura, em virtude do crescimento das zonas industriais e ao alargamento das oportunidades de trabalho. Também tem em conta a vertente social das comunidades mais vulneráveis, designadamente, com a aquisição de fogos de habitação social e a garantia de acesso a uma habitação

condigna para as pessoas que não dispõem de capacidade financeira para poderem aceder ao mercado, o que é fundamental e ainda a habitação de emergência para alojar rapidamente e com eficácia pessoas que estão desalojadas. Finalmente, congratulando o plano e desejando que seja implementado com maior taxa de execução possível, questionou sobre a taxa de execução e a definição de prioridades.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu também a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual informou que a bancada do PS se congratula com a elaboração do documento e deu os parabéns à equipa técnica. Referiu, de seguida, que a estratégia local de habitação no concelho é uma necessidade sentida por todos, daí a vontade e a necessidade de elaborar o referido documento, o qual representa uma base de trabalho bem consolidada para que se possa definir uma política de habitação no concelho que vá ao encontro das necessidades das pessoas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, o qual deu os parabéns a toda a equipa técnica pelo trabalho realizado no sentido de proporcionar melhores condições e respostas para o tecido social e habitacional concelhio. Colocou, de seguida as seguintes questões: - No âmbito do programa do "1º Direito", se as candidaturas que se venham a apresentar estão sujeitas à estratégia local de habitação do concelho de Cantanhede? Face aos números apresentados, qual é a incidência do levantamento feito para a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça? Relativamente a esta última questão, referiu estar relacionada com uma situação complexa que a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça detêm em mãos, que tem a ver com o Bairro Nascente, na Póvoa da Lomba.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, referindo que, enquanto a estratégia está bem delineada, tem visão de futuro e é um grande ponto de partida, o plano de implementação é um plano ambicioso, estando patente as verbas e as possibilidades que implicam um trabalho enorme, que poderá possibilitar um grande ganho na área das vulnerabilidades sociais, erradicando progressivamente a pobreza e aumentando a inclusão social. Relativamente ao diagnóstico que foi feito, afirmou que foi com base na realidade social do concelho, no entanto, se qualquer Presidente de Junta quiser aprofundar uma outra situação, os serviços estão disponíveis para escarpelizar relativamente a cada uma das Freguesias, para que não escape ninguém. -----

----- Interveio ainda a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual questionou se, no caso das Juntas de Freguesia, se poderem ser elas próprias a candidatar-se.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Chefe da Divisão de Ação Social e Saúde, Ana Paula Bastos, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que qualquer autarquia pode candidatar-se ao "1º Direito". Relativamente ao Bairro da Póvoa da Lomba referiu que a sua propriedade é, quer da autarquia, quer dos próprios residentes que tiveram contrato, existindo duas realidades diferentes. Esclareceu que teve contrato a termo resolutivo, significa que é proprietário e poderá candidatar-se ele próprio à reabilitação do seu fogo e no que diz à autarquia/Junta de freguesia deverá ser a autarquia a fazer a candidatura para a reabilitação. Acrescentou que, a todo o momento poderá ser contactada a equipa técnica para atualizar o registo de possíveis beneficiários à candidatura ao "1º Direito" através da estratégia local de habitação e que os agregados que constam atualmente da estratégia, foram identificados, quer pelas Juntas de Freguesia, que foram

contactadas, quer pelos próprios que manifestaram interesse em ter uma habitação digna e condigna.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, afirmando fazer sentido que possa haver um processo de esclarecimentos nas sedes das Juntas de Freguesia porque o diagnóstico feito não é estanque, sendo permanentemente atualizado, e porque, quanto maior for o cruzamento de informação, esclarecimentos para caso a caso, maior será a abrangência.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da Estratégia Local de Habitação do Município de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido qualquer inscrição.-----

----- Finalmente, sendo 18h30 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:



----- O Primeiro Secretário:



----- A Segunda Secretária:

